

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE JUNHO**

ATA N.º 3/2017

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 3/2017

1. Aos vinte três dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, no Salão do Sporting Clube de Landeira, teve lugar a Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 10 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados, com exceção do Membro Hugo Rabeca Fernandes.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Herminia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Maria Josefa U. Ramalho de Oliveira (1.ª Secretária), Hugo Miguel Seródio Mendes (2.º Secretário), Manuel Amaral Videira, Paulo Jorge Piteira Campino, Helena Luísa Campos L. Candeias, Ana Rita de Oliveira Lança, Sophie Veiga Fontes, Rui Manuel Sobral, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Filipe Godinho Barradas, Ana Sofia Gaspar Azenha, José Manuel Batista Leitão, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, João Manuel Ninhos de Sá, José Manuel Fernandes, Antónia Aresta Guinapo, Ana Teresa Pires Caetano (CDU); Pedro José Barbas Martins, Luís Filipe Laranjo Matias (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Carla Arranja Martins de Barros, os Vereadores Sílvia Leonor Seatra dos Santos, Paulo Alexandre Valentim Caçóilas e Antónia Maria Vilelas Mendes e pelos técnicos da Câmara Municipal, Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF e Dr.ª Cristina Frade, responsável do Serviço de Desenvolvimento Social.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e agradeceu à Freguesia de Landeira por receber a Assembleia, bem como ao Sporting Clube de Landeira por disponibilizado o salão.
6. Deu início ao período antes da ordem do dia, colocando à apreciação o Projeto de Ata n.º 1/2017 referente à sessão realizada no dia 24 de fevereiro de 2017.
7. Não havendo intervenções, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, com 18 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Manuel Videira, Sophie Fontes, Antónia Guinapo e Ana Caetano), o **Projeto de Ata n.º 1/2017**, referente à sessão realizada no dia 24 de fevereiro de 2017.
8. De seguida, colocou à apreciação o Projeto de Ata n.º 2/2017 referente à sessão realizada no dia 3 de abril de 2017.
9. Não havendo intervenções, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, com 19 votos a favor (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Manuel Videira, Helena Candeias e Antónia Guinapo), o **Projeto de Ata n.º 2/2017**, referente à sessão realizada no dia 3 de abril de 2017.
10. Apresenta ainda um Voto de Pesar com o povo de Pedrogão Grande (Anexo 3/17) e propõe, após a votação do mesmo, que seja feito um minuto de silêncio em honra de todas as vítimas do incêndio em Pedrogão Grande e do interior do país.
11. O **Membro José Leitão** apresenta um voto de pesar da CDU, referente à tragédia dos incêndios, propondo também que seja feito um minuto silêncio. (Anexo 4/17)
12. O **Membro Pedro Barbas** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada do PSD, o voto de pesar pelas vítimas dos incêndios Pedrogão Grande. (Anexo 5/17)

13. A **Presidente da Assembleia Municipal** propõe que os três votos sejam votados em conjunto, uma vez que todos têm a mesma base, e não havendo objeções, coloca-os de imediato à votação.
14. Foram **aprovados, por unanimidade, os Votos de Pesar pelas vítimas do fogo de Pedrogão Grande, apresentados pelas Bancadas do PS, da CDU e do PSD.**
15. Foi feito um minuto de silêncio pelas vítimas do fogo de Pedrogão Grande.
16. O **Membro Vítor Serrano** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada do PS, a **Moção “Mais e melhor Landeira com 4 anos de gestão próxima e aberta”**. (Anexo 6/17)
17. O **Membro Luís Matias** saúda todos os presentes e afirma que a Bancada do PSD sempre apoiou a descentralização das assembleias, bem como a ligação, a interligação e interajuda do Município com as Freguesias, independentemente das cores partidárias serem ou não diferentes e reconhece de forma muito honrosa o trabalho que tem sido realizado pelo executivo municipal de maioria PS/PSD, pelo que informa que a Bancada do PSD irá votar favoravelmente a Moção apresentada.
18. O **Membro José Leitão** informa que gostou de ouvir o relatório de atividades apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Landeira, pois não se trata de uma Moção e sim de um relatório de atividades. Refere que o mesmo falou em alguns investimentos realizados, nomeadamente na luta para a construção da etar e segundo sabe a mesma não foi construída nem pela Câmara, nem pela Junta e sim pelas Águas Públicas do Alentejo e a sua construção já estava prevista, pelo que considera que não faz sentido estar abusivamente a chamar esse investimento à gestão do executivo.
19. Refere que o referido Membro também falou em pavimentações de ruas da aldeia e gostaria que o mesmo enumerasse quais foram as ruas as ruas que foram alcatroadas.
20. Foi também referido o orçamento participativo, nomeadamente na modernização administrativa, entre outros e gostaria de saber quais foram os outros.
21. E por fim, afirma que o referido Membro falou do Jardim da República e como não sabe onde fica o mesmo, gostaria que fosse dada a referida localização, perguntando se é o espaço onde passou antes da presente sessão, sem sombras, com uma mesa e duas cadeiras.
22. O **Membro Vítor Serrano** considera que é bom que o Membro José Leitão diga que foi feito um relatório de atividades, pois em 2013 não o teve para apresentar, porque não teve a mesma ajuda, nem investimento que teve nestes 4 anos na Freguesia de Landeira.
23. Relativamente às ruas que foram alcatroadas, informa que foi a Rua da Paz, a Rua General Vasco Gonçalves, estranhando que essa informação não seja conhecida porque foi dado conhecimentos destes investimentos à Assembleia.
24. Em relação á situação “outros”, informa que é porque existiram investimentos e projetos que não estão referidos no documento apresentado, designadamente as comemorações do 25 de abril, que são de enaltecer pois nunca se haviam realizado nesta Freguesia.
25. O **Membro José Filipe Barradas** saúda todos os presentes e refere que depois de ouvir o relatório apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Landeira, pensa que cada pessoa tem o seu hábito de trabalhar e o Presidente da Junta de Freguesia de Landeira, na qualidade de membro da Assembleia Municipal apresentou este relatório, afirmando que uma das frases que foi referida foi que nestes últimos quatro anos houve uma articulação entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Landeira e conseguiram fazer muita coisa em benefício das populações, tendo enumerado várias coisas que foram feitas, estando um pouco perplexo com o Jardim da República, pois conhece muito bem a Landeira e os Nicolaus e ainda não conseguiu descortinar onde se localiza o referido espaço na Landeira e gostaria que essa localização fosse esclarecida para que possa analisar e ficar a saber se esse jardim é algum espaço que foi reformulado ou se já estaria feito.
26. Em relação ao relatório, afirma ainda que certamente a população da Landeira não está esquecida daquilo que foi feito pela gestão CDU durante anos, nomeadamente a sala onde está a realizar-se a presente sessão, todo este complexo e todo o jardim em frente, o jardim que está atrás, o que está junto à creche, a pavimentação de

todas as ruas da Landeira, o quartel dos Bombeiros e muitas mais obras, tendo sido feita muita coisa e nunca foi apresentado nenhum relatório.

27. Pensa que a população da Landeira certamente não está esquecida que foi a Câmara CDU, em conjunto com a Junta de Freguesia da CDU da Landeira que executaram tudo isto, porque a memória não é tão curta que agora só porque foi reformulado ou construído o tal Jardim da República, repavimentada a Rua Vasco Gonçalves e foi feita mais uma coisa a outra, que com estas pequenas coisas se abafe as grandes coisas foram feitas pela CDU nesta freguesia da Landeira e nesta localidade, considerando que não é fácil abafar porque essas obras foram executadas e estão à vista.
28. Apenas pretende deixar este alerta, pois o senhor Presidente da Junta, na qualidade de membro da Assembleia Municipal apresentou um relatório nesta sessão, como se tivesse feito mundos e fundos, afirmando que se for efetivamente feita uma análise, neste caso a “montanha pariu um rato”.
29. Sobre o 25 de abril, o **Membro José Leitão** afirma que antes do PS ter ganho as eleições, sempre se comemorou o 25 de Abril na Landeira.
30. O **Membro Luís Matias** refere que não gosta de dizer coisas repetidas em Assembleias Municipais, mas como há membros que repetem as coisas em Assembleias Municipais, sente-se na responsabilidade de também o fazer, afirmando mal seria que se em 37 anos e na Landeira em 33 anos, a CDU não tivesse feito nada.
31. Apenas pretende manifestar novamente esta opinião por parte da Bancada do PSD porque consecutivamente é referida esta lengalenga dos pavilhões e dos estádios mas não se pode esquecer que a CDU esteve no executivo durante 37 anos, portanto a pergunta é novamente a mesma, se não tivessem feito qualquer instalação, o que teriam sido esses 37 anos.
32. O **Membro Vítor Serrano** considera que a Moção que leu não foi entendida, pois falou em 4 anos e não de 37, nem de 33 anos, considerando que ninguém está esquecido do que foi feito na Landeira e aqui não se coloca essa situação pois trata-se dos últimos 4 anos.
33. Relativamente ao Jardim da República, informa que se localiza na Praça da República e tem bastantes sombras e foi por ter essas mesmas sombras é que aquele espaço foi reformulado, pois sendo a parte mais antiga da aldeia é onde vivem as pessoas já com alguma idade, pelo que se considerou que se deveria dignificar o referido espaço para que essas pessoas também possam usufruir do jardim, no entanto, considera que o tema fulcral não é o Jardim da República e muitas outras coisas.
34. Em relação ao que foi dito pelo Membro Luís Matias, de que 4 anos não são 30, afirma que se for dada a possibilidade deste executivo estar 30 anos, poderá ver-se o que se consegue fazer, no entanto, em 4 anos, de 2013 a 2017 foi feito muito mais na Freguesia de Landeira, do que foi feito de 2009 a 2013 e é isso que é fixado na moção que apresentou.
35. O **Membro José Filipe Barradas** considera que as coisas não podem ser desligadas, nem se podem comparar estes 4 anos, apenas com os últimos 4 anos do mandato CDU, afirmado que a CDU esteve na Câmara nos restantes anos antes destes 4 anos, havendo um exercício que pode ser feito e a CDU está à vontade para o fazer, que é dividir, por cada ano, o que foi executado nos 37 anos de mandato CDU e verificar o que foi executado nestes 4 anos, porque se tem de ir buscar toda a parte nova da Landeira, pois todo este terreno foi adquirido no mandato da CDU, nenhuma destas infraestruturas existia, apenas existia a zona antiga da Landeira, tudo o resto foi feito nos mandatos CDU.
36. Afirma que foi investido muito dinheiro na Landeira e isso não pode ser esquecido, por isso está à vontade para dizer ao Membro Vítor Serrano que pode ser feito o exercício da divisão de valores por ano, referindo que comparando aquilo que foi investido na Landeira nos mandatos CDU nos referidos 37 anos e o que foi investido no mandato PS dos 4 anos, a montanha vai continuar a parir um rato, porque a Landeira era praticamente uma pequena aldeia com a zona antiga, como já foi referido e todo crescimento da Landeira, desde infraestruturas, esgotos, água e luz, foi tudo feito nos mandatos CDU, considerando que a população da Landeira também não se pode esquecer disso.

37. O **Membro Vítor Serrano** afirma que também poderá ser feita outra conta, o dinheiro que havia antigamente e o dinheiro que existia quando o PS chegou, que é diferente, aliás quando o PS chegou ao executivo existia, como num campeonato de futebol, menos 15 pontos e em 4 anos foi feita muita coisa.
38. Relativamente ao que foi feito, considera que ninguém se vai esquecer o que a CDU fez na Freguesia da Landeira, mas também se mais ninguém fez nada na freguesia da Landeira, tudo o que foi feito vai cair no esquecimento pois têm de ser feitas as respetivas manutenções.
39. Volta a frisar que falou do que aconteceu de bom na Freguesia da Landeira nestes 4 anos para a população da Landeira, referindo que apenas pode falar nos anos em que esteve e está como Presidente de Junta, pois não se pode referir ao que está para trás, tendo que comparar este mandato com o mandato anterior, porque foram ambos da sua gestão.
40. Reafirma que ninguém se esquece do que foi feito na Landeira, nomeadamente quem fez as obras, mas também não se esquecem como ficou há 4 anos, o que teve de ser feito agora e o que não foi possível fazer tendo em conta as condições em que se encontrava.
41. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a Moção apresentada pela Bancada do PS.
42. Foi **aprovada**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 8 votos contra (CDU), a **Moção “Mais e melhor Landeira com 4 anos de gestão próxima e aberta”**. (Anexo 6/17)
43. O **Membro Vítor Serrano** apresenta a seguinte declaração de voto, em nome da Bancada do PS: “A Bancada do PS na Assembleia Municipal votou a favor da presente moção e congratula-se com a sua aprovação como sinal de reconhecimento do trabalho de equipa desenvolvido nesta freguesia, lamentando que a CDU esteja contra todo o trabalho feito pelas nossas autarquias a favor das pessoas.”
44. O **Membro José Leitão** apresenta, em nome da Bancada da CDU, a seguinte Declaração de voto: “A Bancada da CDU vota contra a moção/relatório apresentado porque tenta fazer um branqueamento da atividade da Freguesia e do Município na Landeira, que de forma alguma corresponde àquilo que poderia ter sido feito.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE JOVENS.

45. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que faça a respetiva introdução.
46. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias**, saúda todos os presentes e antes de passar a palavra à Vice-Presidente que irá introduzir este ponto, uma vez que está sobre a sua alçada, informa que se associa, em nome do executivo e de todos os Vereadores da Câmara Municipal, ao sentimento de pesar para com as vítimas da região centro do país e nomeadamente de Pedrogão Grande, que ali pereceram, o que também foi feito no órgão executivo da Câmara Municipal, salvaguardando também o trabalho dos bombeiros e de todos os agentes da Proteção Civil, pelo que o executivo se associa ao voto de pesar desta Assembleia Municipal, em respeito para com todos aqueles que neste momento estão a sofrer, esperando que a onda de solidariedade que o país está a ter os ajude rapidamente a ultrapassar esse momento.
47. Em relação ao ponto, passa a palavra à Vice-Presidente para fazer apresentação que é quem tem o pelouro da educação e da juventude.
48. A **Vice-Presidente, Ana Carla Barros**, saúda todos os presentes e informa que esta proposta de regulamento já esteve em período de discussão pública, já recebeu vários contributos e surgiu de um pedido expresso da área da juventude, nomeadamente através de uma proposta no orçamento participativo do ano passado, que

foi criar um programa para a ocupação dos jovens nos tempos livres e o que o executivo procurou fazer ou propor neste regulamento, está relacionado com a colocação dos jovens mas com a possibilidade de terem uma pequena compensação financeira pelo período em que “desempenham” funções ou atividades, que serão atividades nos seus tempos livres.

49. Refere que este regulamento, à semelhança de muitos outros que existem noutros municípios, procura criar um normativo para que os jovens entre os 15 e os 25 anos, se possam candidatar a um programa de ocupação, portanto, até aos 18 anos os jovens poderão apenas fazer uma candidatura para ocupar os seus tempos livres de verão, uma vez que terão que frequentar escolaridade obrigatória e assim que iniciam a escolaridade não poderão ocupar desta forma os seus tempos livres, no entanto, os jovens que já cumpriram escolaridade obrigatória e que ainda não tenham emprego ou outra ocupação, poderão frequentar este programa até 9 meses.
50. Os jovens podem candidatar-se a uma atividade que queiram realizar no seu município, ou município em articulação com outras entidades e em várias áreas, nomeadamente, na área cultural, do desporto, da ação social, da cidadania, entre outras.
51. Afirma que o documento é muito claro e muito conciso, considerando que não existirão grandes dúvidas em relação ao seu conteúdo, no entanto, está à disposição para qualquer esclarecimento de forma a ser possível clarificar a presente proposta.
52. O **Membro Luís Matias**, em nome da bancada do PSD, congratula-se por mais uma política na área da juventude, afirmando que o PSD sempre tem tido a preocupação de batalhar pela juventude, tal como já tinha enquanto oposição e informa que o PSD tem uma estrutura de juventude, nos órgãos onde tem assento, a Juventude Social-democrata e uma vez mais se congratulam com uma proposta deste género, de aposta na juventude, tal como já tinha acontecido com o projeto das academias de verão, que são projetos que visam enriquecer os nossos jovens em termos curriculares e neste momento verifica-se ainda a possibilidade de existir uma compensação, sendo que a não compensação poderia ser uma desmotivação, tal como foi referido pela Câmara Municipal, porque como todos sabem existem jovens que na altura do verão têm de trabalhar para terem algum dinheiro para as suas atividades.
53. Assim, considera que este programa é uma mais-valia para o concelho e para os nossos jovens, pois têm a possibilidade de enriquecimento curricular e de receber uma bolsa deste género, permitindo-lhes enriquecerem-se curricularmente e não perderem essa bolsa ou esse ganho que teriam de obter, trabalhando no verão e, portanto, a bancada do PSD congratula-se com esta medida e irá votar a favor.
54. O **Membro José Leitão** informa que a Bancada da CDU está parcialmente de acordo com o presente regulamento, mas depois deixa de estar de acordo, ou seja, este regulamento poderá também servir para fugir à contratação de trabalhadores para ocuparem necessidades permanentes de serviço porque se se fala de jovens que estão a estudar, com idades de 15 anos ou superiores e esse programa era o antigo OTJ, que havia antigamente no Instituto da Juventude, em que os jovens trabalhavam durante 3 semanas na Câmara, durante o período de férias, outra coisa é dizer que “são abrangidos pelo programa todos os jovens que estejam à procura do primeiro emprego, ou desempregados”, afirmando que estas procuram emprego e não estão nos tempos livres, sendo uma situação completamente diferente e além disso tratam-se de pessoas entre os 18 e os 25 anos.
55. Assim, afirma que tem algum receio que isto se possa transformar em algo que não uma ocupação de tempos livres, mas sim a substituição de trabalhadores ou das necessidades de serviço, além do mais porque ao longo do presente documento nunca vê a palavra “formação”.
56. Em segundo lugar é referido que “a frequência do programa tem a duração mínima de um mês e máxima de 9 meses”, afirmando que tem muita dificuldade em compreender esse período máximo de 9 meses.
57. Considera que existe ainda outro problema, pois consta que “as tarefas a desempenhar pelos jovens ocuparão em média 6 horas diárias”, perguntando se podem fazer num dia 12 horas e num outro dia podem não fazer nada, ou 9 horas num dia e no outro só fazem 3 horas e afirma que o documento não especifica e serve para tudo.

58. Refere que não está a dizer que seria esta a intenção, apenas fez referência a alguns pontos que deveriam ser mais aprofundados.
59. Afirma que é também feita referência a “uma bolsa mensal de valor a definir”, ou seja, trata-se de jovens em ocupação de tempos livres, que por exemplo, poderão estar no atendimento da biblioteca a fazer 6 horas por dia, estando ao seu lado um trabalhador da Câmara a trabalhar 7 horas e o jovem irá receber uma bolsa mensal de valor a definir, considerando que deveria estar especificado uma percentagem sobre o salário mínimo nacional, para ser possível estabelecer-se um valor hora e saber-se em regulamento o que é que os jovens tinham direito.
60. Levanta-se ainda uma outra questão, pois qualquer trabalhador que hoje trabalhe 3,5 horas tem direito ao subsídio refeição e no documento não é feita referência ao subsídio refeição, por isso pode correr-se o risco de ter ocupação de tempos livres de jovens a fazerem 6 horas e sem direito a subsídio refeição, quando ao lado existem trabalhadores com direito a subsídio de refeição, afirmando que tem algum receio e algumas dívidas em relação a estas questões, apesar de acreditar na boa vontade deste programa, inclusive teve em tempos a responsabilidade de articulação com o instituto da juventude por causa dos outros programas.
61. Por fim, informa que teve a preocupação de contactar com um jurista de um sindicato, que levantou uma questão em relação aos dias de ausência dos trabalhadores, pois não se especifica se a perda da bolsa é de um 22 avos ou de um 30 avos, que são coisas diferentes, por isso este regulamento irá depender de quem o aplicar, podendo ser utilizado para substituir e para não contratar trabalhadores, não dizendo que seja essa a intenção, apenas está a alertar para essa questão.
62. Consequentemente informa que a Bancada da CDU não irá votar contra, mas irá abster-se em relação ao presente regulamento.
63. O **Presidente da Câmara Municipal**, antes de passar a palavra à Vice-Presidente que enquadrará e responderá às questões mais técnicas do regulamento, afirma que não pode deixar de fazer uma observação que é de carácter político e que tem a ver com algum estigma que o Membro José Leitão tem, assembleia após assembleia, com tudo o que são programas para pessoas, que é do que se trata e no caso quando se fala de jovens, são muito específicas e às quais tem de se ter um cuidado e uma atenção ainda mais específica, afirmando que o programa que está a ser apresentado é um programa de ocupação para jovens e não um emprego.
64. Esclarece que não é um emprego porque não tem um conjunto de situações que um emprego tem, o que não significa que um jovem que fez a escolaridade obrigatória, acabou os seus estudos e o seu curso e enquanto procura o seu primeiro emprego e não tendo subsídio de desemprego, para ocupar os seus tempos livres e receber uma bolsa de 150 euros e contribuir para a comunidade, o que a CDU acha mal, que é o que está a ser dito nesta sessão, que a CDU não concorda que um jovem tenha uma bolsa e que contribua para a comunidade, com o seu tempo e com as suas tarefas.
65. Garante ao Membro José Leitão que “quem não se fia não é de fiar”, afirmando que é preciso ser muito rebuscado para conseguir ver aqui a ocupação de postos de trabalho e informa que a Câmara Municipal contratou pessoas logo que isso foi permitido, não dependendo do executivo municipal a não contratação de pessoas, tal como é do conhecimento do Membro José Leitão.
66. Afirma que todos os trabalhadores têm os seus direitos e estes jovens também terão os seus direitos, garantindo que o presente documento foi analisado juridicamente, pois o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal serve para alguma coisa e também foi discutido em reunião da Câmara Municipal, não tendo a CDU levantado qualquer questão.
67. Reafirma que não se trata de ATL, e sim de um programa para ocupar jovens, para que estes possam contribuir, enriquecer os seus currículos e possam ter um papel ativo na construção do seu percurso na sociedade de Vendas Novas, sendo uma questão de civismo e há uma bolsa associada para que esse jovem, tal como foi dito e bem pelo Membro Luís Matias, possa ter uma remuneração para os ajudar a ter algum

dinheiro, quando voltarem aos seus estudos, no caso dos jovens que ainda se encontrem no percurso letivo e que apenas frequentarão o programa no verão.

68. Refere que é por essa razão é que se fala em tempo médio de 6 horas, porque os jovens não têm um horário definido e fixo como um trabalhador da Câmara Municipal, que tem um horário fixo por lei, que são 35 horas por semana e estes jovens têm um tempo médio de ocupação, sendo uma oportunidade que está a ser dada aos jovens e não uma ameaça.
69. Portanto não compreende as ressalvas e os medos do Membro José Leitão, afirmando que estes jovens não irão ser sindicalizados porque não se trata de um emprego.
70. A **Vice-Presidente** esclarece que se trata de um regulamento de ocupação temporária, sendo mesmo esta a designação deste programa, não havendo nenhum desempenho de uma atividade laboral, pois está a falar-se de jovens a partir dos 15 anos que estão de férias e que muitos deles e dos seus pais preferem ter alguma atividade e dar algum contributo, em lugar de ficarem sem ocupação o dia inteiro e existem muitas atividades municipais e outras na nossa comunidade nas quais estes jovens se podem empenhar.
71. Afirma que ficou assustada ao ouvir o Membro Leitão, porque já estava a imaginar a criação de um sindicato para os jovens, mas vamos ver se não aparecem mais ratos porque com o calor a montanha hoje não pode parir muitos mais ratos.
72. Afirma que no fundo trata-se de uma coisa tão simples que não requer mais nenhuma explicação, referindo que são jovens a partir dos 15 anos, em que os que não tenham ainda nenhum trabalho efetivo poderão prolongar o programa mais tempo e os que têm que ir para a escola não o podem fazer pois têm que ir para a escola e irão ter uma remuneração ou um apoio simbólico e não laboral, é uma bolsa, um apoio simbólico para poderem comprar qualquer coisa que gostem, não se tratando de um ordenado, nem do índice de vencimento, nem de uma percentagem do salário mínimo.
73. Refere ainda que esta foi uma proposta dos jovens no orçamento participativo e se eles não quisessem esta proposta não tinha sido votada, mas foi votada e ganhou, informando que a Câmara Municipal tem 10 mil euros para fazer este programa e irá tentar corresponder ao que foi solicitado pelos jovens.
74. O **Membro Luís Matias** refere que o Presidente da Câmara Municipal classificou a intervenção do Membro José Leitão como “rebuscada”, considerando que somente por muito grande preconceito ideológico é que se podem fazer as afirmações que foram feitas na presente sessão e que se colocam dúvidas a um programa proposto pelos jovens, votado pela comunidade e que tem pernas para andar, dando aos jovens a possibilidade de enriquecer os seus currículos e ao mesmo tempo terem alguma remuneração.
75. O **Membro José Leitão** refere que não irá comentar o que foi dito sobre preconceito ideológico porque a precaridade laboral é uma realidade, como todos sabem e por exemplo ainda há dias se poderia ler nos jornais, a manobra que um supermercado está a fazer para cativar pessoas para irem trabalhar para o Algarve, em situações que não lembram a ninguém, por isso, não irá tecer mais comentários em relação a essa questão.
76. Refere que o Presidente ficou muito emperdigado e veio dizer que a Câmara Municipal tem um gabinete jurídico, informa que tem conhecimento desse facto, mas também tem o direito de consultar os juristas que achar que deve, para avaliarem o presente regulamento e a pessoa que fez essa avaliação disse que está legal e nada vai contra a lei, por isso não devem existir preocupações.
77. No entanto, não é só do ponto de vista jurídico que analisa este documento, afirmando que vê esta questão do ponto de vista de servir para ter mão-de-obra a baixo custo, frisando novamente que isso não quer dizer seja essa atitude que está por trás deste regulamento, quando o mesmo foi criado, mas pode ser utilizado com esse objetivo.
78. Afirma que agora ainda ficou mais assustado quando se falou de uma bolsa de 100 a 150 euros, ou seja 6 horas por dia, sem se frisar se é de segunda a sábado, se é de segunda a sexta ou de segunda a domingo e é dada uma bolsa de 100 a 150 euros, mas cá estaremos para ver como é que isto vai correr, havendo felizmente uma coisa importante, que é o facto da taxa de desemprego estar a descer e por isso possivelmente a adesão este programa não será muita, que é o que espera.

79. O **Presidente da Câmara Municipal** acrescenta que irá correr como corre nos outros municípios que têm programas semelhantes, como no município de Portel e de Reguengos, que são municípios que têm este programa há muitos anos e onde é utilizado sobretudo no verão, para que os jovens possam ganhar algum dinheiro e contribuir para a sua comunidade, sendo esse o objetivo do programa.
80. Portanto, não há nem poderá haver aqui complexos ideológicos, em matérias que são dos jovens e para os jovens, pois esse programa não foi proposto pela Câmara Municipal, ele foi proposto pelos jovens e aprovado pelo Conselho Municipal de Juventude, e nos dias de hoje compete a um executivo ouvir os anseios e os sonhos daqueles que tem de servir.
81. Para além disso, se se tiver conhecimento de casos concretos, com situações muito semelhantes em termos demográficos, considera que isso é ótimo e há concelhos com mais ou menos a mesma população de Vendas Novas, infelizmente com muito mais desemprego que Vendas Novas, que só tem 4,9 % de desemprego, sendo o concelho da região Alentejo Central com menos desemprego, metade do que existia há 4 anos.
82. Volta a referir que este programa não irá servir para as pessoas se empregarem, porque quem hoje quiser emprego em Vendas Novas consegue-o, pois existem novas fábricas a criar emprego e uma start-up dinâmica a criar empresas, pelo que afirma que Vendas Novas não tem um tecido económico frágil, mas que se veio reforçando nestes 4 anos e metade do desemprego que se tinha, pois foi caindo, também com o Gabinete de Inserção Profissional que foi criado, entre outras coisas.
83. Refere que não pode haver o medo manifestado, pois o jovem que está desempregado, que não tem subsídio, que depende dos pais porque acabou o seu curso e ainda não conseguiu um emprego e enquanto procura esse emprego, pode ter aqui ocupação para não estar em casa, como já foi dito, sem fazer nada e pode ter aqui uma ocupação para se valorizar a si e pode ainda ser da parte técnica que também valorize os seus conhecimentos, como foi o caso das academias de verão.
84. Refere que na altura ninguém foi contra as academias de verão, que há dois anos já faziam isto na Câmara de Vendas Novas, tendo havido jovens em fase de licenciatura que estão a estudar e que aproveitam o Verão para se enriquecem curricularmente nos serviços, informando que existiram vários nas várias áreas da Câmara que aproveitaram para se enriquecerem e no fundo é isso que o executivo pretende com este programa, que o jovem também ganhe alguma coisa, por exemplo, hábitos de trabalho, considerando que não é negativo, podendo contribuir com alguma coisa de positiva para a sua sociedade, sendo também bom para a sua família, e ser remunerado com algum tipo de bolsa que depois o irá apoiar nos investimentos que necessitará de fazer.
85. Não considera que isto seja negativo, informando que também foi bolseiro no OTL, em Instituições, em IPSS do Concelho de Vendas Novas, na altura pelo IPJ e sabe o jeito que lhe dava, aquela pequena bolsa que rondava os 100 euros e na altura tomava conta de outras crianças mais novas.
86. Portanto, revê neste programa, parte da experiência que teve e uma oportunidade clara para os jovens e é só isso que o executivo quer, criar mais uma oportunidade para os jovens, ainda mais quando são eles próprios a pedirem.
87. Refere que o documento já foi à Câmara, esteve em discussão pública foram sugeridas algumas alterações que foram tidas em consideração, vem à Assembleia, vai agora para publicação e irá à Câmara Municipal para definir o valor dessa bolsa, sendo assim que está definido e só depois é que se abrirá um concurso para que os jovens possam concorrer e dizerem para onde querem ir e o que querem fazer, indo também de alguma forma, ao encontro daquilo que pretendam, pelo que não vê onde está o grande drama, pois neste programa só vê coisas positivas, ficando muito satisfeito se a Assembleia hoje o aprovar.
88. O **Membro José Filipe Barradas** clarifica que a CDU não está contra a ocupação dos jovens, nem contra o programa, por isso foi dito no início que a CDU está de acordo até um certo ponto e há um certo ponto que começa a ter algumas dúvidas, única e simplesmente na sua opinião não houve um cuidado muito claro na elaboração do regulamento e este em parte vem pedir à Assembleia Municipal que passe um cheque em branco à Câmara Municipal para que depois possa decidir os valores e aquilo que entender, porque tudo o que é dito no regulamento, remete sempre para a Câmara Municipal, que é quem irá decidir.

84.

89. A Bancada da CDU considera que quando o documento veio à Assembleia Municipal já a Câmara Municipal deveria ter definido os valores que os jovens irão receber, porque nesta sessão irá ser aprovado um regulamento para ocupação de jovens que não se sabe quanto é que os jovens irão receber nas 6 horas em que irão trabalhar e a Bancada da CDU também precisa de saber, sendo esta e mais uma outra, as grandes falhas deste documento, havendo pelo menos três aspetos que precisavam de ser classificado para que a CDU votasse favoravelmente.
90. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que o Membro José Filipe sabe a consideração que lhe tem e abstêm-se de fazer grandes comentários, o referido membro foi Presidente desta Assembleia, mais do que um mandato e certamente compreende a diferença de poderes que tem uma Assembleia Municipal e um órgão executivo como a Câmara Municipal.
91. A Assembleia tem poderes deliberativos e os poderes executivos são da Câmara, referindo que a definição de quantias são da Câmara, sendo que esta questão não é nova, pois muitos regulamentos iguais já vieram anteriormente à Assembleia, com a Câmara a ter de tomar decisões executivas e a Assembleia decisões deliberativas e isto tem a ver com a separação de poderes entre órgãos autárquicos, situação que se verifica desde o início do poder local democrático, uma grande conquista do 25 de abril, que em nada mudou, a Assembleia aprova os regulamentos, a Câmara executa e define as políticas com base nos regulamentos, portanto valores e quantidades é função executiva, formatos, que é o caso do presente regulamento são funções deliberativas.
92. As funções deliberativas são da Assembleia Municipal, as executivas são da Câmara Municipal, separação de poderes autárquicos, afirmando que em relação a esta matéria não há nenhum outro regulamento da Câmara que não funcione assim, com matérias executivas definidas pela Câmara Municipal, pois é o órgão que tem competência e não o Presidente, e é a Câmara em colégio, quando reúne com a oposição e com executivo a tempo inteiro que define muitas coisas, nomeadamente os valores para os regulamentos que tem em prática, até porque estes podem mudar de ano para ano, como é o caso dos medicamentos em que se podem alterar valores de ano para ano, não percebendo porque razão aí não houve questões, tendo esse regulamento vindo à aprovação da Assembleia Municipal e depois a Câmara depois definiu, até por unanimidade, os valores.
93. O **Membro José Filipe Barradas** afirma que sabe isso muito bem, tal como o Presidente também o sabe, simplesmente “cada um defende a sua dama” e na defesa da sua, pergunta porque razão, por exemplo, quando é nas tabelas de taxas vêm lá os valores quando o documento vem à Assembleia, pelo que considera que não é tão claro como foi referido pelo Presidente, pelo que não vale a pena “tapar o sol com a peneira”.
94. Refere que o Presidente agora tem de defender este regulamento pois o mesmo foi apresentado pelo executivo da Câmara e a Bancada da CDU defende que existem pelo menos três aspetos deste regulamento que não estão claros e deveriam estar e se assim fosse a Bancada da CDU votaria favoravelmente, porque em nada estão contra o programa.
95. O **Presidente da Câmara Municipal** informa o Membro José Filipe que as taxas são competências direta deliberativa, estando no quadro de competências da Assembleia.
96. Em relação ao ser ou não ser contra, refere que se está aqui a discutir e a perder tempo, com um aspeto que é meramente formal, afirmando que não há nada a dizer pois trata-se de um bom programa, que foi proposto pelos jovens, tendo a Câmara Municipal sido recetiva a essa proposta, este foi ao orçamento participativo e a população votou nele e está pronto para ser lançado, considerando que as questões formais, são questões menores e afirma que ser contra questões menores deixa o executivo muito orgulhoso pelo trabalho que está a fazer.
97. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 8 abstenções (CDU), **aprovar o Regulamento Municipal do Programa de Ocupação Temporária de Jovens.**

2.º Ponto – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PRODUTORES DE VINHO – AMVP

98. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º Ponto da Ordem de Trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.

99. O **Presidente da Câmara Municipal** faz um rápido enquadramento deste assunto que também já foi à Câmara Municipal, referindo que é praticamente inócuo, mas que traz associadas um grande conjunto de mais-valias muito grande e num momento em que a produção de vinho se tem vindo a destacar no nosso concelho, ao contrário do que acontecia há uns anos, neste momento existem três grandes produtores de vinho no concelho de Vendas Novas, sendo que o maior produtor nacional de vinho a granel é de cá, está no Parque Industrial, é o da Herdade do Outeiro, e com este quadro de produtores que tem vindo a crescer, agora também com o Monte Branco e com a Ajuda a reformular o seu processo produtivo, o executivo conhece o trabalho desta Associação, que tem vindo a destacar e valorizar a produção dos vinhos e tem um conjunto de mais-valias associadas que é mais vantajoso para os produtores do que propriamente para os Municípios, embora acabe também por dar destaque aos Municípios, neste quadro da produção do vinho.
100. Frisa que há iniciativas e eventos nacionais e internacionais onde os nossos produtos poderão estar representados se o Município de Vendas Novas fizer parte de uma Associação de Municípios que valorize a produção do vinho e estes concursos internacionais podem destacar esta atividade económica do nosso concelho, dando até acesso a certificações únicas, por via da associação, bem como a realização de atividades, sendo estas um conjunto mais-valias que o executivo avaliou com o seu quadro técnico, nomeadamente com a unidade de apoio ao desenvolvimento económico, tendo considerado tratar-se de uma grande mais-valia para o Concelho de Vendas Novas e para os produtores de vinho deste concelho, pelo que é apresentada esta proposta à Assembleia, depois de aprovada também na Câmara Municipal.
101. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 2.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, **aprovar a Adesão do Município de Vendas Novas à Associação de Municípios Produtores de Vinho – AMVP**.

3.º Ponto - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, PPI E PAM DE 2017

102. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que proceda à respetiva introdução.
103. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que se trata sobretudo de duas coisas, a primeira é a introdução no PPI do reforço do capital social da AGDA, que foi aprovado e depois outorgado pelo Governo português, o referido reforço que este ano dará cerca de 35 mil euros, que não estavam em orçamento e careciam da sua introdução e um outro ponto que tem a ver com a introdução de verbas para uma candidatura que foi feita na área educativa, que tem a ver com a tecnologia nas escolas e com a promoção do sucesso escolar nas nossas escolas, candidatura esta superior a 200 mil euros e que não tinha as verbas não definidas no orçamento e o projeto teve de ser criado em PPI.
104. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 3.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 8 abstenções (CDU), **aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento, PPI e PAM de 2017**.

4.º Ponto – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017 DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

105. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
106. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que a proposta de atualização do mapa de pessoal está bem enquadrada na proposta que foi feita e tem a ver sobretudo com uma atualização, pois o mapa foi aprovado em outubro do ano passado e desde essa data já saíram um conjunto de trabalhadores do município, nomeadamente por aposentações ou por outro motivo e por essa razão não estava atualizado.
107. Para além disso, também tem a ver com a criação de um lugar de chefia, face à reestruturação orgânica da Câmara Municipal que foi feita e que terminou recentemente e que, de alguma forma, não tinha ficado criado lugar no mapa como estava no regulamento, tratando-se, no fundo, de um ajuste entre o mapa de pessoal e o regulamento.
108. Frisa que neste momento a Câmara Municipal de Vendas Novas dispõe de 202 postos de trabalho preenchidos e 27 a preencher, sendo sensivelmente 35/36 trabalhadores a menos do que há 4 anos e somente no final do ano

passado é que foi possível a abertura de concurso para alguns lugares, pelo que no fundo este mapa de pessoal enquadra e atualiza os dados do Município.

109. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 8 abstenções (CDU), **aprovar a alteração ao Mapa De Pessoal de 2017 do Município de Vendas Novas**.

5.º Ponto – REGULAMENTO PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

110. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
111. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que acabou por falar neste cargo de direção intermédia, é uma chefia de uma unidade que foi criada com a reestruturação orgânica da Câmara Municipal, nomeadamente na UADE, a unidade de apoio ao desenvolvimento económico do Município, que felizmente tem tido cada vez mais trabalho, não só com os projetos que se têm vindo a criar, mas também porque tem sido cada vez maior o número de empresas a solicitar informações e a pedir o apoio da Câmara Municipal.
112. Informa que se trata de um lugar equiparado a uma divisão, mas que, em vez de um chefe de divisão tem esta designação, de um cargo de direção de terceiro grau, sendo uma especialização própria das chefias dos municípios.
113. Nesta estrutura e para que se possa ocupar este lugar de chefia desta estrutura, é necessário haver um regulamento e a competência, para definição de tudo aquilo que são as competências, a área e os requisitos de recrutamento, são da Assembleia Municipal e não da Câmara, e portanto a Câmara Municipal aprovou este regulamento, sendo necessário para o preenchimento do lugar, mas cabe agora à Assembleia sufragar e deliberar sobre este procedimento.
114. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 14 votos a favor (12 do PS e 2 do PSD) e 8 abstenções (CDU), **aprovar o Regulamento para Cargos de Direção intermédia de 3.º Grau do Município de Vendas Novas**.

6.º Ponto – DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VENDAS NOVAS

115. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, dizendo que na última sessão já tinha referido este ponto, de que havia duas comissárias, que eram a Carla Romão e a Lina Lopes que pretendiam deixar de exercer as suas funções e na altura tinha dito às Bancadas para pensarem em algum Membro, mas entretanto, como se pode verificar a referida Comissão deu a sua opinião e sugeriram os nomes de Maria da Luz Roma e Pedro Félix.
116. Refere que se as Bancadas estiverem de acordo essa proposta irá ser respeitada, porque a comissão, melhor que ninguém, sabe com quem deve trabalhar e quem deve trabalhar com eles.
117. Estando todos de acordo, informa que a votação será feita “sim” ou “não” nos nomes de Maria da Luz Roma e Pedro Félix, para novos comissários da proteção de crianças de Vendas Novas.
118. Não havendo objeções, colocou à votação o 6.º ponto da Ordem de Trabalhos, por voto secreto, tendo sido **designados**, com catorze votos a favor e oito votos brancos, **os cidadãos Maria da Luz Roma e Pedro Félix, para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vendas Novas**.

7.º Ponto - ELEIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROPOSTAS NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE VENDAS NOVAS

119. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, perguntando se alguma das Bancadas tem algum nome a apresentar.

120. A **Membro Ana Langa** saúda todos os presentes e propõe, em nome da Bancada do PS, o nome de **Hermínia Henriques**, para a referida comissão.

121. Não havendo mais propostas, a **Presidente da Assembleia Municipal**, coloca à votação apresentada, tendo sido designado, com catorze votos a favor e oito votos brancos, a **Presidente da Assembleia Municipal**, **Hermínia Henriques**, para integrar a Comissão Técnica de Análise de Propostas no Âmbito do Orgamento Participativo de Vendas Novas.

8.º Ponto - DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VENDAS NOVAS

122. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando novamente ao **Presidente da Câmara Municipal** que fizesse a respetiva introdução.

123. O **Presidente da Câmara Municipal**, refere que se trata de um documento técnico elaborado pela Câmara Municipal, mas também pela Rede Social do nosso concelho e informa que convidou a estar presente, a **Dr.ª Cristina Frade**, a quem desde logo agradece a disponibilidade para estar na Landeira no presente dia, para apresentar este documento, felicitando-a e enaltecendo o trabalho ao longo destes anos no presente mandato, porque de facto foi um trabalho moroso e que envolveu todos os parceiros da nossa Rede e um trabalho que, lembrando o primeiro que existiu no concelho que custou cerca de 70 mil euros no privado e portanto esse foi o valor que foi gasto há uns anos, sendo um valor importante e efetivamente este trabalho técnico liderado pela **Dr.ª Cristina** é exemplar, daquilo que é capacidade trabalho do Município nos dias de hoje e da rentabilização dos recursos que se tem com todo o conhecimento que têm e que está ao serviço de uma comunidade.

124. Portanto, apresenta o seu agradecimento, em nome do executivo municipal, ao Serviço de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal, pelo que fez ao longo do presente mandato que agora é apresentado para conhecimento da Assembleia, passando a palavra à **Dr.ª Cristina Frade**.

125. A **Dr.ª Cristina Frade, responsável do Serviço de Desenvolvimento Social**, saúda todos os presentes e agradece as palavras gentis do **Presidente**.

126. Em primeiro lugar refere que o diagnóstico social, bem como o seu processo atualização, apresentado na presente sessão, surge no âmbito trabalho da rede social, informando que se trata de um trabalho em parceria e em conjunto, cuja primeira versão foi elaborada em 2003.

127. Depois, em 2007, como foi dito pelo **Presidente**, houve uma segunda versão com uma prestação de serviços da Universidade de Évora e agora, as alterações que o país tem vindo a sofrer, impunha-se que seria tempo de proceder a um processo de atualização das várias dimensões analisadas.

128. Refere que o documento pretende ser simples porque tem vários objetivos, sendo o primeiro deles, fazer uma descrição muito transversal do Concelho, nas suas várias dimensões, que possa ser útil no apoio à decisão política, mas também às instituições que pretendam, por exemplo, apresentar uma candidatura e que necessitem de sustentar a caracterização do Concelho, dispõe aqui, de uma forma sucinta e transversal, algumas características do território que enumera de forma muito rápida, designadamente, caracterização territorial, população e evolução demográfica, educação, ensino e formação profissional, dinâmica associativa e equipamentos, atividades económicas e emprego, condições de vida, desemprego e pobreza, proteção social e respostas sociais, saúde e comportamentos de risco, justiça e segurança de pessoas e bens.

129. Com este documento pretende-se apresentar de uma forma transversal e sucinta, um retrato social do território com o objetivo que já enunciou, mas também com o objetivo de apoiar, por exemplo, jovens académicos que precisem de ter alguns dados condensados sobre o Concelho, podendo também aqui fazê-lo, tendo também sempre a possibilidade de ir às fontes principais, como INE e outras fontes oficiais, que sempre são citadas.

130. Refere que o diagnóstico tem um segundo ponto que é designado de identificação e priorização de problemas, para tal contam, com uma sessão de trabalho, feita com a parceria da rede social, um conselho local de ação social que tem cerca de 30 elementos, em que os vários participantes puderam identificar e priorizar aquilo que consideravam os problemas mais pertinentes do Concelho.

131. Este exercício que depois foi filtrado também pelo órgão mais restrito, o núcleo executivo que também teve este trabalho de dar uma maior formalização aquilo que foi discutido nessa reunião de trabalho, teve depois um apoio de um académico, também da Universidade de Évora, que ajudou nesse exercício.
132. Informa que este quadro condensa os principais problemas que os parceiros identificaram, priorizando-os com uma pontuação e que este exercício não tem apenas o objetivo de atribuir uma pontuação por si só, pretendendo também facilitar, porque muitas vezes no âmbito da instrução de candidaturas, é exigida a identificação da pontuação atribuída a determinado problema no território.
133. Por fim, foi decidido incluir, como anexo, um documento que considera já ser do conhecimento da Assembleia, pois já foi produzido em 2015 no âmbito do outro projeto, que é o estudo de caracterização e delimitação da comunidade desfavorecida do Bairro Vale Figueira, um bairro que não é muito conhecido face às suas características, nomeadamente, pela sua configuração física que implica que se entre e sai pelo mesmo sítio, não sendo um espaço de passagem e portanto não é um espaço muito conhecido e foi considerado que seria importante a Rede Social conhecer a população e a comunidade que ali reside, até porque muitas vezes o desconhecimento é inimigo da intervenção.
134. Por último, informa que o trabalho não está terminado, o trabalho foi feito, não é perfeito e tem lacunas, certamente existiam aspetos a melhorar, nomeadamente porque há indicadores que são muito voláteis, por exemplo, as questões do desemprego, como já referido pelo Presidente, é possível obter estatísticas mensais concelhias, o que significa que se no documento consta informação de há 6 meses, ela já não está atualizada, porque é possível obter essa informação com um mês.
135. Refere também que este é um diagnóstico que pretende conhecer o que se tem, para saber para onde se quer ir, porque se não soubermos o que somos, também não saberemos o que queremos e os passos que se seguem estão à porta e é preciso traçar um bom plano, informando que é isso que se apresenta agora como novo desafio à Rede Social e a todos os agentes do território, de elaboração do plano de desenvolvimento social, para continuar a traçar o rumo que se quer dar ao nosso território.
136. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

9.º Ponto - RELATÓRIO E CONTAS DE 2016 DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO – AMGAP

137. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º Ponto da Ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
138. **O Presidente da Câmara Municipal** refere que, se lhe for permitido, irá já abordar os pontos 9 e 10, porque são semelhantes, afirmando que, como é do conhecimento da Assembleia Municipal, a câmara tem, obrigatoriamente, dar conhecimento e refletir nos suas contas, aqueles que são os relatórios das suas participadas, ou seja, todas as instituições onde a Câmara Municipal tem participação ativa, têm que vir ao conhecimento do órgão executivo, Câmara Municipal e do órgão deliberativo, Assembleia Municipal.
139. Portanto, vem para conhecimento da Assembleia aqueles que são os relatórios e contas de 2016, quer da Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública, quer o relatório e contas de 2016, da Associação de Municípios Portugueses, duas instituições nas quais a Câmara de Vendas Novas tem uma participação, que se refletem, obrigatoriamente e por lei, nas contas do Município.
140. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

10.º Ponto – RELATÓRIO E CONTAS DE 2016 DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ANMP

141. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

10.º Ponto - INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

142. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.

143. Em relação à atividade municipal, o **Presidente da Câmara Municipal** refere os Membros têm nas suas pastas o documento que é extenso, sendo de apenas 3 meses e não de 37 anos, mas que reflete bastante bem toda a atividade do Município, informando que foi feita muita coisa em pouco tempo, não só no mandato, mas também nestes 3 últimos meses, desde que se realizou a última sessão.
144. Começa por destacar a parte financeira, pois foi uma bandeira do PS durante muitos anos nesta Assembleia, ter conhecimento das dívidas a fornecedores no encerramento do mês anterior ao da Assembleia Municipal e as contas que constam do documento reportam a 31 de maio, já tendo evoluído desde essa data, mas se for feito o comparativo com a assembleia anterior verifica-se que se está a falar-se de quase 100 mil euros pagamentos a fornecedores e neste momento, a 31 de maio, na Câmara ainda deve 657 mil euros a fornecedores, sendo que o maior peso foi herdado e tem a ver com a dívida as Águas Públicas do Alentejo, que são 400 mil.
145. Portanto, a Câmara ainda deve 400 mil euros essa dívida que herdou às Águas Públicas do Alentejo e que se encontra em acordo de pagamento, mas que é considerada uma dívida de curto prazo, pelo que consta nos pagamentos a fornecedores e nas dívidas a fornecedores.
146. De qualquer forma, informa que desde fevereiro, quando foi a última Assembleia, até à presente data verificou-se uma redução muito significativa das dívidas a fornecedores apesar das obras que o executivo tem continuado a fazer e foram muitas.
147. Relativamente às principais atividades e investimentos deste período, começa pelo mês de março, destacando um conjunto de atividades ligadas ao ambiente e onde houve a oportunidade de mostrar alguma sensibilidade ambiental, e passar bons princípios e bons valores para as crianças, informando que no presente ano foram plantados mais de 1.000 sobreiros no Regimento de Artilharia n.º 5, no Polígono, numa zona especificamente delimitada por o efeito, que contou com a participação de mais de 700 alunos do Concelho de Vendas Novas, que tiveram a oportunidade de plantar a sua árvore ao longo do dia da árvore e da floresta.
148. Ainda nas atividades e passando para o mês de abril, destaca o 25 de abril, como a principal data de comemorações que foram feitas e sem gastar muito dinheiro, porque é assim que se tem que atuar e neste sentido, como já foi referido na presente sessão, a Landeira teve mais uma vez, e pelo terceiro ano consecutivo, direito ao palco principal das comemorações e foi à Landeira que chegou, uma vez mais, a Estafeta da Liberdade.
149. Foi também nesse dia e nesta Freguesia, inaugurado um parque de merendas, no local onde existia uma antiga lixeira, nos Nicolaus e a pedido das populações, que em reunião na Landeira, com o executivo municipal tinham solicitado que aquele espaço de lixeira virasse um espaço verde, de educação ambiental e de convívio para as famílias e para as populações, afirmando que de facto o espaço tem tido um feedback muito positivo por parte da Freguesia, de que o espaço tem sido usado pelas famílias como era a ambição do executivo e com um investimento muito pequeno se fez muito, pois é um espaço muito importante para esta Freguesia.
150. Destaca também, no 25 de abril, um concerto que foi feito na Parada Militar e no mesmo destaca o financiamento comunitário que o executivo conseguiu para esse efeito, pois sempre defenderam que as festas não tinham que ser muitas, só tinham que ser boas, pelo menos até que se conseguisse pagá-las e nesse sentido o que foi feito este ano, foi criar momentos novos de celebração das efemérides, mas sem colocar em causa a situação financeira do município, e para isso o executivo conseguiu um financiamento de 85 %, através da CIMAC, a nossa comunidade de municípios, para pagar este concerto, bem como o do mês da cidade, dos "Azeitonas", que se realizou numa tentativa de reativação da Feira de Maio no Parque de Feiras de Vendas Novas e foi também este um concerto pago em 85 %, por fundos comunitários.
151. Destaca ainda o sarau realizado no gimnodesportivo municipal que demonstrou todas as atividades desportivas que se foram fazendo e que, a maioria delas também se encerraram naquele momento que é um momento de convívio e desporto de toda a comunidade, para os seus pares e com a corrida na cidade que depois, no domingo, trouxe novamente de volta a Vendas Novas, cerca de mil e trezentos corredores que fizeram a sua participação, este ano com a participação de grandes clubes nacionais, como o Sporting e o Benfica que neste momento estão a trazer de volta aquele que foi o tempo áurea da corrida da Cidade de Vendas Novas.

152. Destaca também a criação do Gabinete Municipal de Psicologia, um novo gabinete que presta um serviço à comunidade, com uma grande importância social, quando existiam vários pedidos de entidades, como a CPCJ, que muitas vezes não tem capacidade de resposta ao nível psicológico, para as crianças e para com as famílias e também numa afirmação daquela que é a capacidade e a missão da Câmara Municipal.
153. Informa que se realizou, ainda em abril, a semana da família abril, e ao nível da economia, o executivo teve a confirmação, ao longo destes 3 meses, de mais três empresas para o Parque Industrial de Vendas Novas, duas das quais já meteram projetos na Câmara Municipal e que estão em aprovação, tendo um deles já sido aprovado, quer a arquitetura, quer as especialidades, na área farmacêutica e uma outra, na área da transformação do coco, com uma refinaria de coco, estando a falar-se, no primeiro ano, após a construção, de cerca de 130 a 140 postos trabalho e de até 350 postos de trabalho em 6 anos, nestes investimentos.
154. Portanto, mostra-se aqui que o Parque Industrial voltou a ter dinâmica, voltou a atrair empresas e que as que existem no Parque Industrial têm ultrapassado os momentos difíceis que a economia internacional lhes propiciou, sobretudo do ano 2007 a 2015, que foram os piores anos desta crise económica.
155. Ou seja, verifica-se a criação de mais emprego também alavancado com a StarUp Alentejo, criada pelo executivo, um conceito inovador, moderno, jovem e claramente virado para uma economia que não tinha espaço no Município e que é uma economia que privilegia o empresário, a empresa e lhes proporciona um espaço de desenvolvimento de ideias e de negócios que de outra forma não poderiam ter e com o apoio dos serviços municipais para esse efeito.
156. Afirma que também aqui se consegue ver a dinâmica económica do Concelho de Vendas Novas, pois em 6 meses existem 17 novas empresas em Vendas Novas, sediadas, a pagar os seus impostos, a criar emprego, a produzir e a trazer riqueza para Vendas Novas, numa ala da economia que não estava explorada e que de alguma forma, com este viveiro, que é a StartUp Alentejo, se conseguiu potenciar e também isto contribui para os bons indicadores do desemprego, que em linha com o nacional, têm vindo a descer nos últimos anos.
157. Destaca que se está à beira do pleno emprego no concelho Vendas Novas, com menos de 5 % de desemprego, e certamente estas novas empresas que vêm para cá, trarão novas populações e para aqueles que ambicionam crescimento, o executivo prefere o desenvolvimento e o desenvolvimento é atrair pessoas para Vendas Novas, mas propiciar-lhes condições para uma boa qualidade de vida, considerando que isso é mais importante do que crescer, é desenvolver, sendo esse o caminho que o executivo tem vindo a seguir.
158. Ao nível dos investimentos, destaca dois, dos muitos que foram feitos, informando que se iniciou e tem vindo a desenvolver-se a grande velocidade o Fórum Cultural, “A Praça”, onde era o antigo mercado, um espaço que estava morto e que matava toda uma zona da cidade, com mau aspeto e com graves problemas ambientais, ao nível da sua construção antiga que estava devoluta, no meio do coração da cidade e este Fórum Cultural irá ser o novo espaço de cultura da cidade de Vendas Novas, num investimento superior a 700 mil euros, financiado a 85 % pelo quadro comunitário.
159. Na presente sessão também já foram já referidas as pavimentações de estradas, referindo que foi pavimentada mais uma na Landeira, já tendo sido pavimentadas algumas ao longo destes 4 anos e muitas mais teriam conseguido fazer se fossem 30 anos, porque ao contrário de outros, o atual executivo não teve milhões para gerir, durante estes 4 anos (não vinham camiões de dinheiro de Bruxelas para Vendas Novas), apenas vinham pequenas “carripanas” com alguns trocos que o executivo tentou aproveitar ao limite e pagando dívida.
160. Afirma que o executivo não se limitou a fazer investimento, teve de pagar dívidas e foi muita dívida paga, foram 4 milhões a mais, em apenas 4 anos, sendo uma média de mais de 1 milhão de euros de pagamento de dívida por ano, dívida que não foi feita pelo presente executivo.
161. Assim não é a “montanha pariu um rato” como foi dito na presente sessão, afirmando que o que se verificou foram pequenos milagres de gestão que o executivo e os técnicos do município foram conseguindo fazer, pagando dívida e não deixando de fazer atividades, nem de investir e hoje Vendas Novas é claramente uma cidade diferente, assim como a Landeira é também uma freguesia diferente, estando o executivo sempre disponível para o que for necessário.

-
162. O **Membro José Leitão** retifica que não foram 4 milhões e sim 2 milhões.
163. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que quando a memória é curta, não há nada que se possa fazer, mas existem uns comprimidos bons para isso.
164. Em relação à dívida, considera que não é muito difícil, pois ela está classificada e poderá perceber-se qual era a dívida quando o executivo chegou e o peso que as participadas tinham na Câmara Municipal e efetivamente 2 milhões foi a redução direta das dívidas a fornecedores, a que se somaram 1,5 milhões do Parque Industrial e todo o outro abatimento de dívida, que já vai em mais de 4 milhões.
165. Portanto, informa que anteriormente a dívida da Câmara Municipal era de quase 8 milhões, e neste momento é inferior a 4 milhões, agradecendo ao Membro José Leitão pela lembrança, porque de facto verificou-se uma redução de 50 % da dívida da Câmara Municipal, ao contrário daquela que era a tendência dos últimos 14 anos, que era de agravamento e subida, enquanto que descia a sua capacidade de endividamento.
166. Afirma que com o atual executivo a Câmara sobe em termos de gestão e quando chegaram era a 13.^a da região Alentejo, em matéria de gestão e neste momento é a 4.^a melhor Câmara do Distrito de Évora, considerando que muito foi feito em apenas 4 anos e muito mais teria sido possível fazer se fossem 30 anos e com dinheiro e sem ter de pagar dívida.
167. Com o valor que se teve de amortizar, o executivo poderia ter feito muita coisa, como pavimentar ruas, plantar árvores, requalificar jardins, comprar máquinas e veículos, contratar trabalhadores, pelo que quando ouve serem feitas apologias do passado, afirma que será uma decisão da população, o regresso ao passado, que alguns consideraram de ouro, ou manter o rumo certo e seguro com um passo firme, como o executivo tem vindo a fazer ao longo dos últimos 4 anos.
168. A **Membro Maria João Luz** saúda todos os presentes e refere que foi dito pelo Presidente que foram criadas 17 empresas em Vendas Novas, perguntando, em concreto, quantos postos de trabalho foram criados nas mesmas.
169. O **Membro José Leitão** afirma que gostou particularmente da parte final do discurso do Presidente, que demonstrou uma humildade brilhante, que lhe fica bem.
170. Em relação à humildade, o **Presidente da Câmara Municipal** refere que reagimos e somos aquilo que fazem de nós, e normalmente quando se ouve serem feitas apologias dos tempos áureos em que se constrói património, que não se sabe de quem é e que não se dá aqueles a quem pertence, como foi o caso na Landeira, faz destacar e lembrar aquele que foi o trabalho feito pelo presente executivo, que foi feito para as pessoas e não para os partidos e afirma que efetivamente fica muito orgulhoso e não tem nenhum problema em ser pouco humilde, considerando que se deve ser humilde é nas atitudes e aí pensa que nada tem a ser apontado.
171. Em relação à pergunta da Membro Maria João, que é a pergunta mais importante que se pode fazer hoje em dia, quando se fala de postos trabalho e de empresas, informa que se está a falar da criação de 17 empresas, que diretamente simbolizaram cerca de 25 postos de trabalho, referindo que brevemente serão só 16 empresas, pois uma delas irá embora da StartUp, indo dar o salto para o Parque Industrial, porque fez uma candidatura a fundos comunitários e vai representar um número simbólico de 83 postos de trabalho.
172. Portanto, este é o fruto da StarUp, é dar condições aos empresários para virem, se fixarem, para estabelecer uma estratégia e para depois, quando for o momento, darem o salto para o Parque Industrial, criando uma empresa de média, grande dimensão, como é o caso da LabCoco, que vai fazer a refinaria de coco em Vendas Novas, tendo vindo em janeiro para Vendas Novas, sediou-se na StartUp na primeira fase de candidaturas e a seguir, com o apoio da Câmara Municipal, desenvolveu um projeto que candidatou a fundos comunitários, que teve aprovação em apenas um mês conseguiu aprovação e deu um salto e portanto de 4 postos de trabalho, que era o que tinha inicialmente em Vendas Novas vai dar um salto para 83 postos de trabalho.

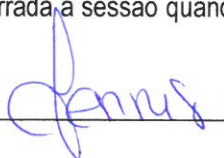
173. Afirma que este é o trabalho económico que uma StartUp faz atualmente, não se limitando a alavancar investimentos, como também apoiando empresários, ajudando-os a criar postos de trabalho, a criar oportunidades e a reduzir ameaças no mercado concorrencial que têm e também a ampliar a sua resposta, porque estes 83 postos de trabalho irão representar um crescimento e desenvolvimento para o concelho de Vendas Novas, mas irão representar sobretudo riqueza económica para Vendas Novas.
174. Se tudo correr bem, a StarUp irá colocar Vendas Novas numa rota de crescimento económico que já não se verifica há cerca de 12/14 anos, que foi quando o Parque Industrial deixou de captar empresas e investimentos e quando o mercado de trabalho começou também a diminuir no concelho, considerando que é importante perceber-se que o desemprego tem vindo a descer, mas empresas têm vindo a crescer e vem dinheiro para Vendas Novas e pensa que já frisou isso na última sessão e se não o fez foi por lapso, que já se está a falar, no total, de mais de 25 milhões de euros de investimento já aprovado para as empresas de Vendas Novas, só com este quadro comunitário e em apenas 7/8 meses, que irão servir para criar postos de trabalho, para desenvolver novos produtos, para colocar os produtos das mesmas nos mercados internacionais e para, de alguma forma, serem empresas mais sólidas, mais coesas, com maior consciência social e que de alguma forma tragam desenvolvimento e crescimento ao Parque Industrial e à cidade de Vendas Novas.
175. Respondendo à questão colocada, afirma que foram criados muitos postos de trabalho, diretos e no futuro serão criados muitos mais.
176. Tendo sido dito pelo Presidente que neste momento estão aprovados 25 milhões de euros de fundos comunitários em variados projetos, o **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU gostaria de ter acesso à lista desses projetos.
177. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que isso não é possível, pois infelizmente nem a Câmara tem oficialmente, por instâncias que gerem os fundos comunitários, apenas tem conhecimento pelos empresários que mostram esses valores, não sendo, nem podendo ser públicos neste momento os dados das candidaturas aprovadas no quadro comunitário, com montantes.
178. Refere que se pode assistir e pode ver-se no quadro da CCDR Alentejo ou do IAPMEI ou das instâncias que gerem o quadro comunitário, quem foram as empresas apoiadas, julgando que está disponível, mas os valores não podem ser dados a conhecer e o executivo tem conhecimento dessa informação, pelos empresários, quer de novas empresas que estão a vir para Vendas Novas, quer dos que estão no Parque Industrial já há muitos anos e que estão a fazer candidaturas para se reforçar economicamente e é assim que chegou a este valor, com o trabalho que é feito em rede com os referidos empresários e não por qualquer instância que lhes faculte este dados.

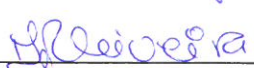
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

179. Interveio o **Sr. Feliciano Alves** afirmando que ouviu há pouco, com muita atenção, por parte da Bancada da CDU, falar sobre os investimentos que fizeram no período dos 30/37 anos, que estiveram nos destinos de Vendas Novas e Landeira, concordando que foram feitos muitos investimentos, mas na sua maioria não se sabia a quem pertenciam, nomeadamente o espaço onde se está a realizar a presente sessão, a Junta de Freguesia, o Rancho Folclórico e outros, tudo o que se encontrava feito, nada pertencia a Landeira, era tudo de Vendas Novas.
180. Não sabendo, se pelo facto do Presidente da altura ter fugido e largado a Câmara de Vendas Novas, que não houve vagar para fazer a escritura para entregar essas propriedades aos legítimos donos e foi necessário o presente executivo ter entrado e derrubado a Câmara da CDU, para atualmente já se poder dizer que a Junta de Freguesia é da Landeira, o salão do Sporting Clube da Landeira é da Landeira e assim sucessivamente, como o Rancho e as restantes infraestruturas.
181. Interveio o **Sr. Azevedo Branco Seródio** referindo que ainda há pouco ouviu dizer que tudo pertencia à Landeira, mas afinal nada é seu, nem lhe pertence, pertence ao Sporting Clube de Landeira, mas não o reconhece como tal uma vez que se trata de uma entidade que não faz desportos nem faz nada.

182. Afirma que é frontal e não vem afirmar que estas infraestruturas são da Landeira, mas deveriam ser porque, tal como o Sr. José Filipe sabe, quando se pediu o dinheiro aos fundos comunitários, estas infraestruturas eram para ser Centro Sociocultural e Clube Recreativo da Landeira e o que aconteceu é que houve alguém que falhou.
183. Refere que esta é a terceira sessão da Assembleia Municipal que o Partido Socialista faz na Landeira e que teve muita pena de não estar aqui no princípio desta sessão porque desconhecia a sua realização, uma vez que por norma vai à caixa do correio ver todo o correio e não viu nenhuma informação referente às sessões, no entanto, se for algum papel ou algum documento a convidar para almoços, a pagar, aparece lá tudo, mas da presente sessão não sabia porque vem poucas vezes à Junta de Freguesia porque cada vez que lá vai tem de pagar dinheiro e não lhe são dados recibos.
184. Afirma que uma vez se dirigiu às Finanças de Vendas Novas e chegou à conclusão que as Finanças de Vendas Novas têm autoridade para dizer quem são os carenciados da Freguesia da Landeira porque foram lá algumas pessoas a pedir certos documentos e eram carenciados, passados pela Junta ou pelo Presidente da Câmara e a final estes carenciados que recebem, quer o cabaz natal, quer os subsídios para doença, possivelmente terão mais dinheiro do que aqueles que precisam.
185. Refere que, essas pessoas, por ganharem mais, com os encargos que têm, são mais pobres do que aqueles que recebem e se for necessários mais alguma explicação está disposto a dar, porque conhece esta situação, afirmando que se trata até de um processo-crime, o facto da pessoa dizer que é carenciada.
186. Para terminar, agradece ao Presidente, porque enquanto o Partido Socialista fez três reuniões da Assembleia de Freguesia, na Landeira, a CDU fez apenas duas em 30 anos, uma delas na sede velha, que foi vendida por 50 mil euros e ninguém sabe onde está o dinheiro.
187. Pergunta ainda ao Presidente se não se sente envergonhado quando olha para o campo de futebol totalmente abandonado e em mau estado.
188. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que não foram propriamente colocadas questões, mas falou-se na questão do património e começa por dizer ao Sr. Azevedo que não leva falta na caderneta, é sempre bem-vindo à Assembleia Municipal e o executivo está sempre disponível para informar quando for caso disso.
189. Relativamente à questão do património, que foi referida pelos dois elementos do público, informa que quando o presente executivo chegou à Câmara Municipal, o Sporting Clube da Landeira, era o beneficiário deste salão, em protocolo aprovado pela Câmara Municipal há tantos anos, que não percebe a razão de não ter sido feito e o que competia ao executivo era executar a decisão já tomada pela Câmara Municipal há quase 20 anos e foi só o que foi feito.
190. Refere que a Câmara, em outra altura, com outras pessoas que não interessa serem chamadas para o tempo presente, nem para o tempo futuro, tomaram decisões e o que competia ao presente executivo era executar as decisões já tomadas e não tomar novas decisões e nesse sentido o executivo passou para a Junta de Freguesia, o que era da Junta de Freguesia e que constava do protocolo estabelecido e a Junta de Freguesia representa o povo da Landeira.
191. Assim, afirma que o que o executivo fez foi passar para os devidos donos, aquele que era o seu património, no cumprimento de uma coisa que de facto falhou há muitos anos e continuou a falhar ao longo de uma série de mandatos de anteriores gestões de outros partidos, que não são os que estão agora e que de uma vez por todas tomaram a decisão de executar aquilo que estava decidido.
192. Portanto, em relação ao património refere que o mesmo foi construído com fundos comunitários, com rios de dinheiro que vinham de Bruxelas, afirmando que ainda bem que assim foi, pois nos últimos dois quadros comunitários não houve a sorte e não se pôde aproveitar quase nada porque não se conseguia com as dívidas que a Câmara tinha, mas quando tudo isto foi feito, havia muito dinheiro para fazer tudo, eram feitas estradas, era pago equipamento, material, máquinas e recursos humanos e hoje o quando comunitário não paga nada disto.

193. Portanto, considera que é importante que as pessoas percebam que se fala de momentos financeiros do país bem distintos e refere que ainda bem que foi construído tudo o que aqui está e neste momento já está entregue aos seus legítimos donos, em função daquelas que eram as decisões tomadas.
194. Pede ao Sr. Azevedo, enquanto habitante da Landeira, que coloque essas questões a quem de direito, porque razão esta situação levou tanto tempo, porque ninguém fez a passagem do património, afirmando que se estas instalações algum dia estiveram para ser Centro Cultural da Landeira, porque razão não ficou como tal, porque nessa altura não estava cá o atual executivo para responder, pelo que só pode responder pelos 4 anos, em que a decisão tomada foi passar o património da Câmara Municipal de Vendas Novas para a Landeira.
195. Em relação às finanças e aos carenciados, refere que não percebeu muito bem, considerando que não era uma pergunta e sim uma afirmação, no fundo um sentimento de injustiça que o Sr. Azevedo tinha perante o acesso de pessoas carenciadas a alguns programas que existem, afirmando que o que pode dizer é que a Câmara Municipal se mune de toda a informação e documentação com que pode trabalhar, pedindo às pessoas, o seu IRS, o comprovativo das pensões e as declarações patrimoniais, que só o que pode ser pedido perante a Lei.
196. Para encerrar agradece ao público da Freguesia de Landeira, referindo que efetivamente neste mandato se realizaram 3 sessões da Assembleia Municipal na Freguesia da Landeira e sabe que para as pessoas que se encontram presentes e para estas populações, este é um sinal de respeito da Presidente da Assembleia para todos eles e também da Câmara Municipal, informando que o executivo estará sempre disponível para informar sobre tudo o que for fazendo e sobre o que é importante para a qualidade de vida da população.
197. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 23 horas e 10 minutos, do dia 23 de junho de 2017.

A Presidente da Assembleia:  _____

A 1.ª Secretária:  _____

Anexos

Voto de pesar

Em poucas horas o desespero e a angústia. Em poucas horas a total falta esperança e o medo. Em poucas horas foram vidas inteiras abaladas como pronuncio de uma morte rápida e a perda de toda uma vida de sorrisos, vivências e trabalho. Em poucas horas a Natureza mostrou toda a sua força e toldou os olhos de todos aqueles que imaginavam poder ser-lhes superiores.

Prostrados, desalentados, incapazes, vazios. Com uma tristeza sem igual, todo o País parou para as terríveis notícias que haveríamos de receber ao início de uma noite sombria e madrastra.

Perante a força de uma Natureza zangada, indominável, frustrada, poderosa, nada nem ninguém conseguiu fazer nada e, subitamente, perderam-se mais de 60 vidas. Anos de trabalho e sacrifícios acabaram em minutos. As casas e outros bens arderam e as famílias e os amigos de uma vida calaram-se para sempre, mergulhando num ensurdecador silêncio.

Pedrogão Grande foi o Município mais afetado com esta intempérie, bem como quase toda a Região Centro do País, e perante tais circunstâncias, mostramos hoje para com os seus habitantes e autarcas, o nosso mais puro e nobre sentimento de solidariedade.

Não há palavras para exprimir o desalento, a tristeza e o sentimento de perda para com as populações e famílias das vítimas, nem de reconhecimento e agradecimento para com os Bombeiros Voluntários e restantes agentes da Proteção Civil que trabalham neste momento naquela região subitamente transformada num Inferno na terra.

Em nome da Assembleia Municipal de Vendas Novas lamentamos profundamente a situação vivida nos últimos dias naquela região portuguesa e apelamos a todos os Vendasnovenses para que mostrem a sua solidariedade nesta hora difícil, através dos canais próprios.

Em nome da Assembleia Municipal de Vendas Novas honramos, agradecemos, valorizamos e lembraremos o trabalho árduo de todos os agentes de Proteção Civil envolvidos neste combate, sobretudo dos nossos Bombeiros Voluntários.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 23 de junho de 2017, em Landeira

Voto de Pesar pelas vítimas do Fogo de Pedrogão Grande

Face aos trágicos acontecimentos ocorridos no Distrito de Leiria e em particular no concelho de Pedrogão Grande, e independentemente das responsabilidades, vem desta forma a Assembleia Municipal de Vendas Novas manifestar o seu pesar e a sua solidariedade com todos aqueles que se viram directa ou indirectamente afectados com o fogo que aí deflagrou em 17 de Junho e que fez 64 mortos e mais de 200 feridos.

Por este motivo propõe-se este voto de pesar e um minuto de silêncio em memória das vítimas.

Vendas Novas 23 de Junho de 2017

A bancada da CDU

Voto de Pesar

Pelas Vítimas dos "Incêndios de Pedrogão Grande"

No passado fim de semana de 17/18 de junho de 2017, Portugal viveu uma tragédia.

Um incêndio, de qualquer dimensão que seja, por si só, já qualifica um desastre, seja pela área ardida, pela degradação de património ou poluição causada. E este que experienciámos, qualifica verdadeiramente uma tragédia a todos os níveis. Seja de área ardida, onde concelhos viram mais de 80% da sua área florestal destruída; seja em património, onde várias pessoas perderam todos os bens que detinham; seja em poluição, onde até a agência espacial norte-americana, NASA, conseguiu quantificar por imagem o desastre vivido e verificar que a qualidade do ar exterior na zona envolvente da catástrofe ultrapassou, negativamente, todos os valores aceitáveis tornando-os assim, prejudiciais à saúde pública.

E, se tragédias não bastassem, perderam-se ainda, 64 vidas humanas neste incêndio. Perderam-se famílias inteiras, desmembram-se outras, e entre os quais perdeu-se também, um soldado da paz.

Este é o momento de nos unirmos na solidariedade pelos concelhos, freguesias e populações enlutadas. É o momento de mostrarmos a solidariedade pelos amigos, familiares e conhecidos de quem perdeu partes fundamentais da sua vida: as suas pessoas.

Nós, vendasnovenses, que sentimos um incêndio deflagrar nesse mesmo fim de semana em Afeiteira, devemos sentirmo-nos verdadeiramente solidários com os nossos concelhos sofridos, e mostrarmos todo o nosso apoio e solidariedade, e reconhecer também, a bravura dos que enfrentam continuamente este flagelo: desde os soldados da paz até ao simples e desconhecido cidadão.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Vendas Novas reunida a 23 de junho de 2017 na sede do Sporting Clube de Landeira, aprova um voto de pesar e um minuto de silêncio em honra e homenagem daqueles que padeceram na tragédia que assolou a região norte do distrito de Leiria.

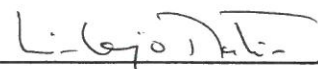
Faça se chegar esta moção aos concelhos e freguesias afetados.

Vendas Novas, 23 de junho de 2017.

A bancada do PSD na assembleia Municipal de vendas novas,



Pedro Barbas



Luís Laranjo Matias

Moção

Mais e melhor Landeira com 4 anos de gestão próxima e aberta

No momento em que se realizamos a última sessão da Assembleia Municipal descentralizada na Freguesia de Landeira, agradecendo, em nome das populações, à Sra. Presidente, Hermínia Henriques, a decisão da sua descentralização, consideramos que este é o momento de fazermos um balanço do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 4 anos de mandato.

Reconhece pois esta Assembleia Municipal, a grande valorização das populações desta Freguesia por parte dos eleitos em funções executivas na Câmara Municipal, bem como do inédito trabalho de articulação entre Município e Junta de Freguesia de Landeira, que permitiu a implementação de políticas de proximidade e a execução de investimentos cruciais para o aumento da qualidade de vida das pessoas, e com uma postura tão diferente daquela que teve a mesma instituição no mandato anterior.

Neste sentido, reconhece a Assembleia Municipal de Vendas Novas a importância que tiveram para esta Freguesia os investimentos efetuados pela atual gestão da Câmara Municipal, sempre em parceria com o Povo de Landeira e a suas instituições, nomeadamente:

1. A luta e reivindicação junto das Águas Públicas do Alentejo, que levaram à construção da ETAR que hoje permite o tratamento das águas residuais;
2. A pavimentação de ruas dentro da aldeia;
3. A construção do Jardim da República e do Parque de Merendas de Nicolaus;
4. A reparação dos vários passeios danificados na Freguesia;
5. A substituição de árvores que colocavam em risco pessoas e danificavam há vários anos as casas dos habitantes de Landeira;
6. O aumento claro e inédito das verbas transferidas para a Freguesia em Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências;
7. A parceria no desenvolvimento de atividades e ações para o bem-estar das pessoas e a aplicação de verbas municipais por via do Projeto do Orçamento Participativo, nomeadamente na modernização da Junta de Freguesia;

8. O apoio aos nossos alunos da Escola Básica de Landeira com a entrega anual dos Manuais Escolares a todos os alunos do 1º ciclo;
9. A ajuda aos idosos mais carenciados com a atribuição de um apoio para a compra de medicamentos;
10. A criação do programa Nascer Cá que valoriza a parentalidade e nos permitiu plantar uma árvore por cada bebé nascido também aqui na Freguesia de Landeira;
11. A realização conjunta das Marchas Populares com a Junta de Freguesia de Vendas Novas, valorizando as nossas raízes e tradições e afirmando o nosso sentimento de pertença ao Concelho;
12. E, muito em breve, o início dos trabalhos de pavimentação de toda a estrada dos Nicolaus, procedimento já adjudicada em reunião de Câmara.

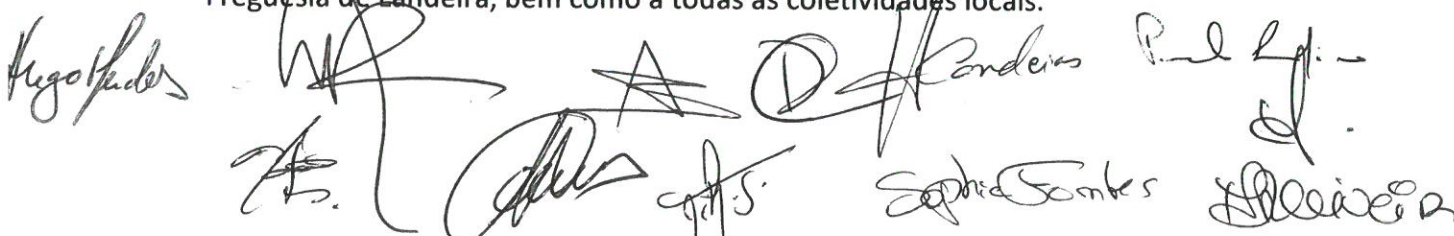
Em apenas 4 anos, perante tanto trabalho, e que muito dignificou as gentes de Landeira e as aproximou como nunca do Concelho de Vendas Novas, a Assembleia Municipal, reunida a 23 de junho de 2017, na Freguesia de Landeira delibera:

1. Saudar a atuação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, aproximando este órgão do poder local das populações de Landeira, numa ótica clara de descentralização e valorização das pessoas;
2. Saudar o trabalho de parceria e união desenvolvido entre o Município de Vendas Novas e a Junta de Freguesia de Landeira ao longo destes 4 anos, colocando, pela primeira vez, acima dos interesses partidários o interesse das populações;
3. Apelar à continuação desta postura aberta, frontal e próxima do executivo da Câmara Municipal, liderado pelo PS em coligação com o PSD, para as pessoas desta Freguesia.

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Landeira, 23 de junho de 2017

Que a presente moção, depois de aprovada seja enviada à Junta e à Assembleia de Freguesia de Landeira, bem como a todas as coletividades locais.

A series of handwritten signatures in black ink, representing the members of the PS bancada. The signatures are written over the text of the resolution. Some are clearly legible, such as 'Hugo Pedras' on the left, 'Paulo Lopes' on the right, and 'Sandra Soares' at the bottom right. Others are more stylized or partially obscured.